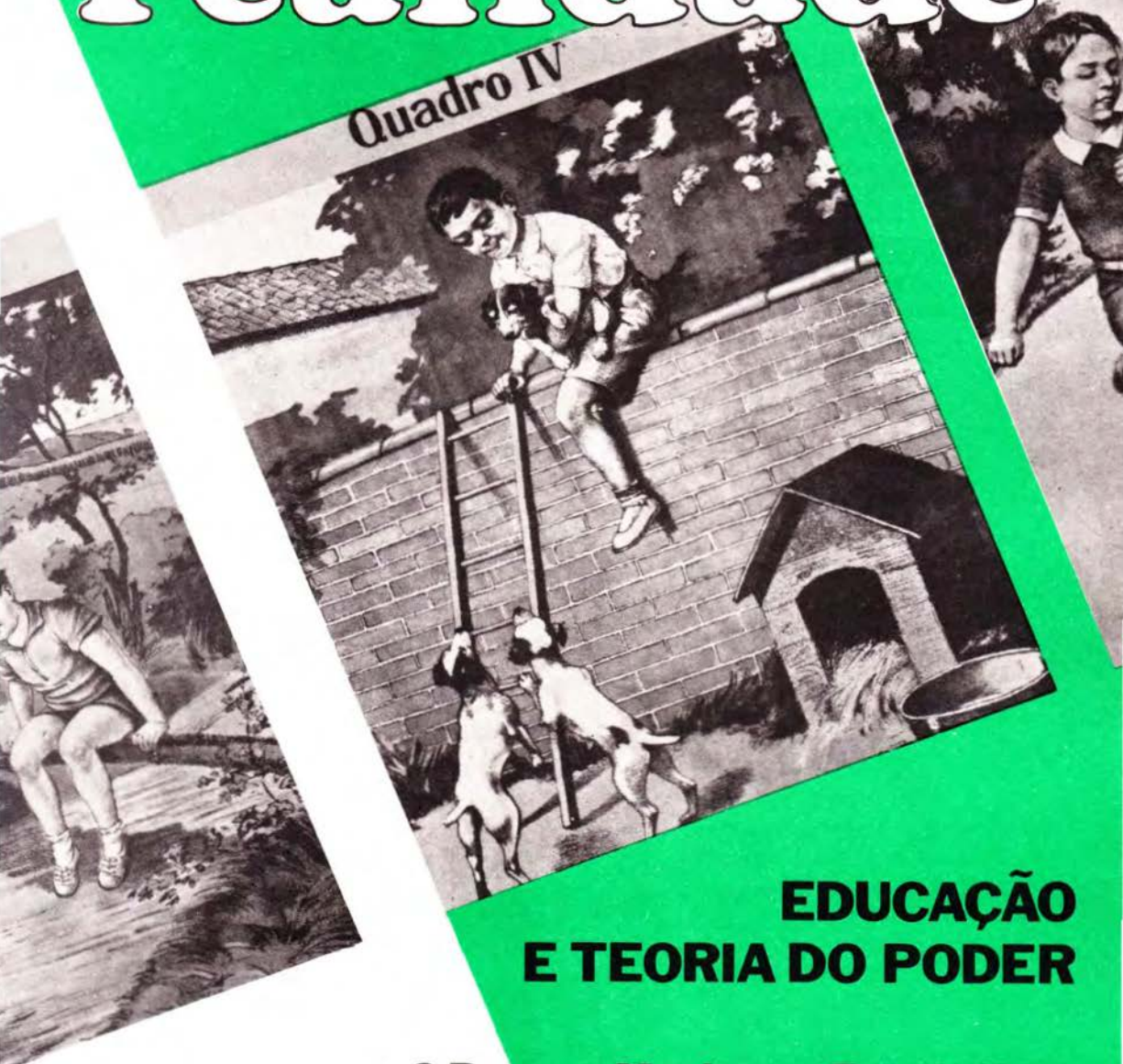


educação realidade

& Qua

Quadro IV



EDUCAÇÃO E TEORIA DO PODER

**O Burro, o Menino e o Estado Novo
Educação Popular e Burocracia
Escola, Igreja e Estado
A Produção do Analfabetismo**

Sumário

O Burro, o Menino e o Estado Novo Affonso Romano de Sant'Anna	3
Uma teoria do poder em educação Nicholas Burbules	19
Educação popular, poder político e burocracia: Os casos de Pelotas e Cachoeirinha	37
Escola, Igreja e Estado nas colônias italianas Selina M. Dal Moro	57
Escola e produção do analfabetismo no Brasil Alceu Ravanello Ferrari	81
Um psicólogo é Piaget: As confusões conceituais de Fernando Becker Barbara Freitag	97

educação & realidade

V. 12, nº 2, Julho/dezembro de 1987

Educação & Realidade é uma publicação semestral da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Editores: Rovilio Costa e Tomaz Tadeu da Silva

Conselho Editorial: Alceu R. Ferrari (presidente)
Ângela M. B. Biaggio, Laetus M. Veit, Margot B. Ott, Maria Beatriz M. Luce, Renita L. Allgayer, Rovilio Costa e Tomaz Tadeu da Silva

Secretária: Jacy Busato

Projeto Gráfico: Abnel de Sousa Lima Filho
(Central de Produções - FACED/UFRGS)

Composição: Artexto - Serviços Gráficos e Editoriais Ltda. - Rua 13 de maio, 468 -
Fone: (054)222.6223 - Caxias do Sul - RS

Impressão: Gráfica da Editora da Universidade de Caxias do Sul

Capa: Montagem de DENYSE A. VIEIRA

Assinaturas e números avulsos: Pedidos de assinaturas devem ser enviados ao seguinte endereço, juntamente com cheque cruzado em nome de **Educação e Realidade:**

Educação e Realidade
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Paulo da Gama, s/nº, 8º andar
90.040 - Porto Alegre - RS
Brasil

Preço para 1987:

Assinatura - 1/2 OTN

ISSN 0100-3143

Escola e produção do analfabetismo no Brasil

ALCEU R. FERRARI

OBJETIVOS DO REGIME PÓS-64 RELATIVAMENTE À ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização da população constitui, sem dúvida, questão central na definição de uma política educacional. Por isso, a análise da tendência da alfabetização ou do analfabetismo é perspectiva privilegiada para se avaliar uma política educacional. De um governo ou regime que falha na realização do objetivo educacional básico – a alfabetização do povo – não se pode esperar muito em termos de realização de outros objetivos educacionais e sociais.

O Plano Setorial de Educação e Cultura 1972-74 (Brasil, MEC, 1971, p. 25-26) assim definiu os objetivos fundamentais do Regime militar pós-64 no que concerne à questão do analfabetismo:

- “1.1 – Secar-lhe a fonte, pela universalização do ensino fundamental obrigatório e gratuito, na faixa dos 7 aos 14 anos de idade;
- 1.2 – Eliminar, possivelmente, no decorrer da década de 1970, o analfabetismo de adolescentes e adultos, com esforço concentrado na faixa dos 15 aos 35 anos de idade”.

Universalização do ensino fundamental

Relativamente ao primeiro objetivo, o Regime havia recentemente estendido dos 7 até aos 14 anos a obrigatoriedade escolar e ampliado para 8 anos letivos a duração do ensino fundamental (Ver Campanhole & Campanhole, compil., 1976):

- “II – O ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos oficiais”; (Constituição do Brasil, 1967, art. 168, § 3º, II);
- “II – O ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais”; (Emenda Constitucional nº 1, 1969, art. 176, § 3º, II).
- “Art. 18 – O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos ...
- “Art. 20 – O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos ...” (Lei nº 5.692/1971).

Dessa forma, não só se reafirmava o princípio da obrigatoriedade escolar já estabelecido nas constituições de 1934, 1937 e 1946, como também se estendia dos sete aos quatorze anos essa obrigatoriedade e se ampliava para oito anos o ensino fundamental.

No entanto, em contraposição a esse avanço em termos de objetivos proclamados, saltam à vista algumas contradições gritantes na proposta educacional do Regime pós-64.

Em primeiro lugar, o texto constitucional prevê ensino gratuito apenas em estabelecimentos oficiais. Em outras palavras, o mesmo Estado que obriga a todos a permanecer por mais tempo na escola, não se obriga a si mesmo a dar escola gratuita a todos.

Em segundo lugar, é radical a incompatibilidade entre o objetivo proclamado de democratização e universalização do ensino fundamental e o projeto político, econômico e social autoritário e excludente da Ditadura militar.

Em terceiro lugar, como bem esclarece Nilva I. S. Ferrari, em seu trabalho *Direito da Criança à Educação nas Constituições do Brasil* (1977, p. 147-9):

“... O avanço que poderia estar representado na extensão da obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos, pela Constituição de 1967, inovação esta mantida na emenda Constitucional nº 1/69, ficou obscurecido e limitado pela diminuição do limite de idade (dos 14 para os 12 anos) para ingresso no mercado de trabalho. Estabelece-se, assim, um conflito entre o dever de freqüentar escola e o direito de ingresso no mercado de trabalho”.

Em outras palavras, o mesmo Estado que obriga a todos a estar na escola até os 14 anos reduz para 12 anos a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho. Afinal de contas, na conjuntura, do ponto de vista da expansão e acumulação do capital, interessava mais a sobrevivência física do que a educação dessa força suplementar de trabalho! Em regime de repressão política e arrocho salarial, a sobrevivência física das classes trabalhadoras só poderia ser assegurada com a entrada de mais forças suplementares – mulheres, crianças e velhos – no mercado de trabalho.

Essa redução de 14 para 12 anos da idade mínima para ingresso no mercado formal de trabalho ia ao encontro de múltiplos interesses do capital: 1) crescia em alguns milhões o exército industrial de reserva à disposição do capital numa economia em expansão acelerada, pressionando ainda mais os salários para baixo; 2) aumentava a curto prazo a oferta de braços no mercado formal, com evidente efeito inibidor e desorganizador de qualquer movimento reivindicatório; 3) podia produzir algum aumento da massa salarial global simplesmente pelo aumento do número de trabalhadores, sem, portanto, comprometer a política de arrocho salarial; 4) permitia também algum acréscimo na renda familiar pelo simples aumento do número de trabalhadores na unidade familiar. Economia em expansão acelerada, superabundância de força-de-trabalho disponível e presteza do braço policial para “ajudar” a lei da oferta e da procura na definição dos salários: sem dúvida, o melhor dos mundos... para o capital(ista)!

Eliminação do analfabetismo de adolescentes e adultos

Paralelamente às iniciativas concernentes à extensão e universalização do ensino fundamental, o Regime pós-64 revia também

sua ação no que tange ao segundo objetivo acima referido – a eliminação do analfabetismo de adolescentes e adultos. Para cobrir a lacuna deixada pela repressão a todos os movimentos sociais e educacionais de natureza popular de fins do anos 50 e início dos anos 60, o presidente Costa e Silva criava, em 1967, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, a qual passou a operar em maior escala somente a partir de 1970. O MOBRAL constituiu uma das criações típicas do modelo político-econômico-social da Ditadura. Focalizarei, de forma sucinta, a mistificação operada em torno desse Movimento, como, aliás, em torno do próprio Regime e de seu “milagre” econômico. Nesta parte, valer-me-ei das palavras de dois presidentes do MOBRAL.

O testemunho mais qualificado é certamente o de Mario Henrique Simonsen. Ideólogo, artífice e beneficiário, entre outros, do Regime e do chamado milagre brasileiro, refere-se ao MOBRAL, como criação sua:

“Embora o autor saiba que não é elegante lamber a própria cria, não é plausível, numa descrição do atual esforço brasileiro em prol da educação, omitir a ação que vem sendo desenvolvida pelo MOBRAL na alfabetização de adultos” (Simonsen, 1972, p. 147).

“Como consolo, resta a observação de que nem tudo está perdido no sistema educacional brasileiro. Se o Ministério da Educação andou emperrado pela arterioesclerose, pelo menos o Ministério do Planejamento, através do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), conseguiu equacionar o problema nos devidos termos, graças aos esforços de um grupo de engenheiros e economistas, como Arlindo Lopes Corrêa, João Paulo dos Reis Velloso e David Carneiro” (Simonsen, 1969, p. 237).

E referindo-se ao período de 1970 a 1972, atribui ao MOBRAL o feito de ter ensinado a ler e escrever a 3,5 milhões de adultos e de haver reduzido o índice nacional de analfabetismo de 33 para 26% (entre as pessoas de 15 anos e mais):

“Em pouco mais de dois anos de atuação, o MOBRAL ensinou a ler e escrever a 3,5 milhões de adultos, reduzindo o índice nacional de analfabetismo de 33 para 26%” (Simonsen, 1972, p. 38).

Por excesso de modéstia é que não pecavam os tecnocratas do Regime. Na realidade, como veremos a seguir, o índice de 26% só seria atingido bem no final da década de 70. Como na área econômica (cálculos dos índices de inflação, correção monetária, reajuste de salários, etc.); também no campo educacional começa a ter lugar a manipulação das estatísticas de maior interesse do Regime. Tudo por obra dos tecnocratas do Ministério do Planejamento.

Mas é nas palavras de Arlindo Lopes Corrêa, também ex-presidente do MOB-RAL, que vamos encontrar o exemplo consumado de manipulação e de mistificação de que foram capazes os tecnocratas do Regime militar. Para o autor, a criação do MOB-RAL só é comparável ao surgimento da vida na terra. E ele mesmo aponta os responsáveis por essa segunda criação:

“Com a vida iniciou-se a evolução biológica, partindo da primitiva bactéria anaeróbica até chegar às suas formas superiores.

Assim foi também com o MOB-RAL cujas origens têm que ser buscadas em janeiro de 1965, quando Mário Henrique Simonsen levou ao então Ministro Roberto Campos a sugestão de criar, no Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA, hoje IPEA), um Setor de Educação, encarregado de desencadear o processo de planejamento educacional no Brasil” (Corrêa, 1979, p. 18).

Para o autor, com a criação do MOB-RAL deu-se “início à mais fascinante experiência da educação brasileira, à fase de *evolução humanística* de todo esse movimento renovador”, a “um período marcado por um grande esforço no sentido de aperfeiçoar o processo de democratização de oportunidades, ampliando-se o acesso, ao sistema, de grupos até então marginalizados por insuficiência de recursos” (p. 20). Sua filosofia é a da “democratização de oportunidades com base na educação” (p. 25). Aos críticos do MOB-RAL responde com a segurança do técnico que acredita ter nas mãos dados – resultados – irrefutáveis. Para ele “A maior prova do sucesso do *Projeto político* do MOB-RAL está exatamente na crítica acerba que lhe fazem os radicais de todas as colorações” (p. 50).

E qual o “projeto político” do MOB-RAL? Corrêa mesmo o define:

“Nossa educação é verdadeiramente democrática: mostramos a verdade e as pessoas fazem livremente suas opções. À “pedagogia dos oprimidos” preferimos a “pedagogia dos homens livres” ...” (p. 51)!

Deve-se reconhecer que, apesar do jogo de palavras e da mistificação ali contida, o autor disse claramente, no parágrafo citado, a que veio o MOB-RAL. O projeto político do MOB-RAL surgiu e se definiu por oposição e como alternativa aos movimentos sociais e educacionais inspirados na pedagogia de Paulo Freire, reprimidos pelo Regime militar. Aliás, poderíamos dizer que ali está a definição não só do Projeto político do MOB-RAL, mas também de toda a proposta educacional da Ditadura.

Processo de avaliação

Explicitados os dois objetivos do Regime militar pós-64 no que diz respeito à alfabetização, passarei à avaliação das realizações relativamente a cada um desses objetivos. Começarei pelo segundo – o de “eliminar ... o analfabetismo de adolescentes e adultos”, deixando para depois a avaliação relativa ao primeiro objetivo – o de secar a fonte do analfabetismo.

No trabalho de avaliação valer-me-ei das estatísticas dos Censos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNADs. De estatísticas oficiais, portanto. Os dados mais recentes utilizados são os da PNAD 1984. A avaliação, portanto, atém-se ao período da Ditadura, não incluindo a Nova República.

Mesmo reconhecendo as limitações inerentes a tal procedimento, conforme já referido em trabalho anterior (Ferrari, 1985a, p. 38), limitar-me-ei a trabalhar com o critério censitário de analfabetismo. Tal decisão decorre da própria escolha das fontes de dados a serem utilizados na avaliação. No censo demográfico de 1980 foram “consideradas alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecessem” (p. 38). Foram, por conseguinte, registradas como analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever um bilhete simples. As PNADs trabalham substancialmente com o mesmo conceito. O próprio MOB-RAL, ao fazer suas projeções e estimar seus resultados, toma como termo de referência os dados censitários de 1970 ou anteriores sobre analfabetismo. Evidentemente, se se trabalhasse com um critério mais rigoroso de alfabetização, o índice de analfabetismo e o contingente de analfabetos resultariam bem mais elevados do que os referidos neste trabalho. Assim, por exemplo, segundo o conceito censitário o índice de analfabetismo entre a população de 15 a 19 anos em 1980 era da ordem de 16,5%, mas, se considerarmos analfabetas todas as pessoas com menos de 4 anos de estudo, esse índice se eleva para 36,2%, segundo dados do mesmo censo de 1980.

1 AVALIAÇÃO DO MOBREAL

Avaliar a política educacional pós-64 relativamente ao objetivo de “eliminar... o analfabetismo de adolescentes e adultos” significa obviamente avaliar o MOBREAL. É o que tentarei fazer nesta parte.

Censo e PNADs X MOBREAL

O texto a seguir transcrito sintetiza a avaliação que o próprio MOBREAL fez dos resultados que diz ter alcançado em sua luta contra o analfabetismo de adolescentes e adultos no período de 1970 a 1977 (Costa e outros, in: Corrêa, p. 447).

“O desempenho do MOBREAL, proporcionando a alfabetização de 11,3 milhões de pessoas entre 1970 e 1977, através do Programa de Alfabetização Funcional, conseguiu reduzir, de forma expressiva, o índice de analfabetismo projetado, situando-o em 14,2%, equivalente ao índice de muitos países europeus e correspondente a cerca de 9,5 milhões de adultos analfabetos, em 1977”.

A se confirmarem tais estimativas, não haveria como não reconhecer o sucesso do MOBREAL: em apenas oito anos de atuação (1970 a 1977), teria reduzido de 18,1 milhões para apenas 9,5 milhões o número de analfabetos entre a população brasileira de 15 anos e mais, e teria produzido, no mesmo período e para a mesma população, a espetacular queda do índice de analfabetismo de 33,6% para apenas 14,2%. Obviamente a questão que se coloca agora é saber se os dados do IBGE, resultantes dos levantamentos censitários e das PNADs, confirmam ou não as estimativas do MOBREAL.

A publicação, em 1979, dos resultados da PNAD 1977, levou confusão aos arraiais do MOBREAL. A alta cúpula do Movimento contestou imediatamente as estatísticas divulgadas pelo IBGE. Nem era para menos, uma vez que, às estimativas do MOBREAL, que davam para o Brasil, em 1977, um índice de 14,2% e um número absoluto de 9,5 milhões de analfabetos entre a população de 15 anos e mais, a PNAD 1977 contrapunha um percentual e um número absoluto muito mais elevados – 23,7% e 15,6 milhões respectivamente (tabela 1). E note-se que as estatísticas da PNAD 1977 subestimam o analfabetismo por não terem sido incluídas na pesquisa as áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste (ver nota da tabela 1).

Mas foi o Censo demográfico de 1980 que esclareceu definitivamente a questão. Em primeiro lugar, confirmou os dados da PNAD 1977 ou pelo menos mostrou que tais dados não pecavam por excesso. Em segundo lugar, como era de se esperar em consequência da inclusão das áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste na pesquisa, o Censo corrigiu para mais tanto o contingente como o índice de analfabetos da PNAD 1977 que não incluía as áreas rurais das referidas regiões.

Com efeito, como se pode ver na tabela 1, o Censo de 1980 acusa, para a população brasileira de 15 anos e mais, um total de 18,7 milhões e um índice de 25,5% de analfabetos, números esses quase duas vezes mais elevados do que os estimados pelo MOBREAL para o ano de 1977 (9,5 milhões e 14,2%, respectivamente).

Os resultados das PNADs 1982 e 1984 são também eles de tal ordem de grandeza (mais de 17 milhões e de 21% de analfabetos), que é impossível ver neles qualquer confirmação das estimativas do MOBREAL. Acresce, ainda, que essas duas últimas pesquisas do IBGE foram realizadas, respectivamente, 5 e 7 anos após o ano considerado na auto-avaliação do MOBREAL e que também essas PNADs subestimam o analfabetismo em decorrência da exclusão das áreas rurais da Região Norte (Tabela 1, nota 1).

Resumindo, pode-se dizer que todas as quatro pesquisas do IBGE analisadas (PNAD 1977, Censo 1980, PNADs 1982 e 1984) levam à mesma conclusão: carecem de qualquer fundamento as estimativas do MOBREAL relativamente ao comportamento do contingente e do índice de analfabetos entre a população brasileira de 15 anos e mais, no período 1970/77.

A tabela 2 mostra que o censo de 1980 desmentiu as estimativas do MOBREAL não só para o conjunto do país, mas também individualmente para cada uma das grandes regiões. Dos dados censitários de 1980 chega-se, respectivamente para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, a índices duas a quatro vezes mais elevados do que os estimados pelo MOBREAL para o ano de 1977. Para as regiões mais alfabetizadas – Sudeste e Sul – as diferenças são menores, mas ainda elevadas (cerca de 16,5 contra 9,7%). Mesmo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que figuram, junto com São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, entre os mais alfabetizados do país, acusam, em 1980, índices de analfabetismo sensivelmente mais elevados (RS – 13,5% e SC – 13,4%) do que a estimativa do MOBREAL para a Região Sul em 1977 (9,7%).

Tabela 1

Analfabetismo entre as pessoas de 15 anos e mais no Brasil, segundo levantamentos recentes da Fundação IBGE¹.

Levantamentos do IBGE	População de 15 anos e mais		
	Total	Pessoas analfabetas	% Pessoas analfabetas
PNAD 1977	65.759.879	15.612.476	23,7
Censo Demográfico 1980	73.541.943	18.716.847	25,5
PNAD 1982	76.534.782	17.685.985	23,1
PNAD 1984	81.140.959	17.273.309	21,3

Fontes: Fundação IBGE, *Censo demográfico – 1980 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1977, – 1982, – 1984*. Índices calculados pelo autor.

Notas: 1) Nas três PNADs referidas foi excluída da pesquisa a população rural da Região VII, mas com a seguinte diferença: em 1977 a Região VII da PNAD compreendia as Regiões Norte e Centro-Oeste, exceção feita do Distrito Federal. Já nas PNADs 1982 a 1984 a Região VII se limitava à Região Norte. Tal exclusão acarretou, sem dúvida, uma subestimação do analfabetismo tanto para a Região VII como para o conjunto do País, particularmente na PNAD de 1977.

Tabela 2

Índices de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos e mais no Brasil, nas grandes regiões e nos estados da Região Sul, segundo as estimativas do MOBRAL para 1977 e os resultados do Censo demográfico de 1980.

Especificação	% pessoas analfabetas	
	MOBRAL Estimativas para 1977	Censo demográfico 1980
Brasil	14,2	25,5
Norte	7,1	29,3
Nordeste	16,1	45,5
Centro-Oeste	12,8	25,3
Sudeste	9,7	16,8
Sul	9,7	16,3
Paraná	---	20,8
Santa Catarina	---	13,4
Rio Grande do Sul	---	13,5

Fonte: IBGE, *Censo demográfico – 1980*; A. G. da Costa e outros. Resultados da atuação do MOBRAL. In: A. L. Lopes. *Educação de massa e ação comunitária, 1979*.

Situação presente e tendência recente por grupos de idade

Eis os índices de analfabetismo, obtidos a partir dos dados do Censo de 1980, para os diferentes grupos de idade:

- 15 anos e mais: 25,5%
- 15 a 19 anos: 16,5%
- 20 a 24 anos: 15,6%
- 25 a 29 anos: 18,0%
- 30 a 34 anos: 21,9%
- 35 a 39 anos: 26,5%
- 40 a 44 anos: 29,6%
- 45 a 49 anos: 32,2%

- 50 a 54 anos: 35,4%
- 55 a 59 anos: 39,7%
- 60 a 64 anos: 44,5%
- 65 a 69 anos: 50,5%
- 70 anos e mais: 56,2%

Tais dados mostram, claramente, que inclusive os grupos etários compreendidos entre 15 e 34 anos, objeto principal da ação do MOBRAL, acusaram, em 1980, para a população de 15 anos e mais, índices de analfabetismo bem superiores (15,6% a 21,9%) ao projetado pelo MOBRAL para toda a população de 15 anos e mais em 1977 (14,2%).

Tabela 3

Evolução do número de pessoas de 5 anos e mais que não sabem ler e escrever, no período de 1970 a 1980, por grupos de idade. Brasil.

Grupos de idade	Pessoas que não sabem ler e escrever		
	1970	1980	Varição 1970/80
Total	30.718.597	32.731.347	+ 2.012.750
5 a 9 anos	9.079.684	10.338.052	+ 1.258.368
5 a 6 anos	4.869.582	5.585.278	+ 715.696
7 a 9 anos	4.210.102	4.752.774	+ 542.672
10 anos e mais	21.638.913	22.393.295	+ 754.382
10 a 14 anos	3.491.936	3.676.448	+ 184.512
15 a 19 anos	2.487.024	2.235.370	- 251.654
20 a 24 anos	2.199.723	1.799.071	- 400.652
25 a 29 anos	1.947.390	1.699.039	- 248.351
30 a 34 anos	1.772.124	1.683.251	- 88.873
35 a 39 anos	1.763.552	1.685.783	- 77.769
40 a 44 anos	1.682.985	1.694.856	+ 11.891
45 a 49 anos	1.431.446	1.498.207	+ 66.761
50 a 54 anos	1.310.994	1.453.185	+ 142.191
55 a 59 anos	1.045.336	1.245.951	+ 200.615
60 a 64 anos	900.760	1.089.299	+ 188.539
65 a 69 anos	614.809	1.024.476	+ 409.667
70 anos e mais	943.667	1.540.498	+ 596.831
Idade ignorada	47.187	67.861	+ 20.674

Fontes: IBGE. Censo demográfico - 1970 e Censo demográfico 1980.

As observações acima referem-se à situação em 1980. A tendência recente do contingente de analfabetos pode ser caracterizada, destacando-se, com base nos dados da tabela 3, a variação no número absoluto de analfabetos nos diferentes agrupamentos etários no período 1970/80:

agrupamentos etários	variação no período 1970/80
5 a 6 anos	+ 715.696 analfabetos
7 a 14 anos	+ 727.184 analfabetos
15 a 39 anos	+ 1.067.299 analfabetos
40 anos e mais	+ 637.169 analfabetos
5 anos e mais	+ 2.012.750 analfabetos
7 anos e mais	+ 1.297.054 analfabetos
10 anos e mais	+ 754.382 analfabetos
15 anos e mais	+ 569.870 analfabetos
40 anos e mais	+ 1.637.169 analfabetos

Para fins de análise, focalizarei as transformações havidas nos agrupamentos etários de 7 a 14 anos e de 15 a 39 anos. A primeira constatação que se impõe é a redução da ordem de quase 1,1 milhão no número absoluto de analfabetos entre a população de 15 a 39 anos de idade (tabela 3), estando compreendidos aí todos os grupos de idade que constituíram alvo da ação do MOBREAL (grupos de 15 a 34 anos). Este é, sem dúvida, um elemento positivo, mas sua importância não pode ser exagerada, por várias razões:

1. tal redução resulta não só da atuação do MOBREAL, mas também do ensino supletivo do 1º grau e da ação de movimentos e associações de caráter popular, não havendo meios de se estabelecer quanto do efeito (redução) deva ser atribuído a cada um dos fatores;

2. a redução verificada nos grupos de 15 a 39 anos (- 1,1 milhão) não foi suficiente para compensar o aumento do número de analfabetos registrado nos grupos de 40 anos e mais (+ 1,7 milhões) (tabela 3);

3. mesmo com a redução absoluta havida na década de 70, o número de analfabetos nos grupos de idade compreendidos entre 15 a 39 anos continua extremamente elevado, ultrapassando, no conjunto, a casa dos 9,5 milhões (tabela 3);

4. conforme se mostrou acima, nem mesmo nos grupos de 15 a 34 anos conseguiu o MOBREAL atingir o índice de 14,2%, projetado para toda a população de 15 anos e mais no ano de 1977.

A segunda constatação refere-se ao acréscimo, de 1970 para 1980, de mais de 727.184 analfabetos precisamente nos grupos de escolarização obrigatória (de 7 a 14 anos). Este é, sem dúvida, o aspecto mais grave do problema do analfabetismo, porquanto atesta a falência do sistema educacional relativamente ao objetivo de universalização do ensino fundamental.

Sintetizando, pode-se dizer que, de 1970 a 1980, o número de analfabetos diminuiu nos grupos de 15 a 39 anos, precisamente nos grupos que foram alvo de ação do MOBREAL, e aumentou tanto entre a população de 7 a 14 anos como entre a população de 40 anos e mais. Para o conjunto da população de 7 anos e mais, aos 25,8 milhões de analfabetos existentes em 1970, somaram-se mais 1,3 milhões durante a década de 70.

TENDÊNCIA RECENTE E TENDÊNCIA SECULAR DO ANALFABETISMO

Esta parte está também relacionada com a avaliação do MOBREAL. É-lhe dado destaque devido à sua importância e extensão.

Aspectos metodológicos

Por tendência recente entendo aqui a dinâmica do fenómeno do analfabetismo durante o período da Ditadura militar (1964 a 1984).

Já a expressão “tendência secular” ou “dinâmica secular” é emprestada da demografia, onde é utilizada para descrever transformações graduais, lentas, que levam algo como um ou até mais de um século para se consumir. É nesse sentido, por exemplo, que os teóricos da transição demográfica falam em “declínio secular da mortalidade” e em “queda secular da natalidade”. Não se está com isto aderindo sumariamente, nem à teoria da transição demográfica, nem aos seus pressupostos. Quer-se apenas enfatizar a importância de se analisar a dinâmica do analfabetismo numa perspectiva de mais longo prazo – secular – e de se situar o estudo da tendência mais recente do fenómeno no contexto de sua dinâmica secular.

Valer-me-ei, nesta parte, dos dados dos recenseamentos gerais realizados no Brasil a partir de 1872. A única informação sobre o estado educacional da população brasileira, que foi levantada em todos os recenseamentos e que, portanto, cobre todo o período de 1872 a 1980, é a que se relaciona com a alfabetização/analfabetismo da população.

Seria por demais longo tratar aqui em detalhe de todas as questões metodológicas inerentes ao tipo de análise que se pretende fazer. Limitar-me-ei aos aspectos que reputo mais importantes, seja para a correta utilização dos dados censitários, seja para a compreensão da análise que segue.

1. Deliberadamente excluí da análise o recenseamento geral de 1900. Este, em consequência do sub-recenseamento de extensas áreas rurais, relativamente menos alfabetizadas do que as áreas urbanas, acusa índices de analfabetismo mais baixos do que se poderia esperar para a época, inferiores inclusive aos do censo de 1920.

Creio ser esta, no momento, a melhor forma de se evitar interpretações que considero equivocadas, como a de Cupertino (1978, p. 16-17), o qual, apoiando-se na Introdução à *Sinopse do recenseamento do Brasil – 1920*, fala em “estagnação total” no período de 1900 a 1920. Entendo que se deva aceitar o alerta contido no *Recenseamento*

Geral do Brasil – 1920, vol. IV, 4º parte, p. IX:

De 1872 a 1890 não houve diferença favorável no número relativo dos analfabetos (814 por 1.000 habitantes, em 1872, contra 815, por 1.000 habitantes, em 1890). Pelos elementos apurados em 1900, verifica-se uma redução assás notável no coeficiente do analfabetismo. Convém insistir, porém, que dos censos efectuados no Brasil foi o inquerito de 1900 o mais imperfeito, pela deficiência dos dados censitários em muitas localidades e até mesmo por completa omissão de varios districtos e não menor numero de municipios, conforme assignalam os próprios documentos officiaes. Quer isso dizer que a operação se fez em lugares de mais fácil acesso, mais próximos dos centros populosos e, portanto, mais cultos, resultando dahi conclusões *menos verdadeiras*, embora favoráveis ao Brasil sob o ponto de vista da instrução. Assim se explica a grande redução que soffreu o coeficiente do analfabetismo de 1890 a 1900 (815 analfabetos por 1.000 habitantes, em 1890, contra 669 analfabetos por 1.000 habitantes, em 1900) e a consequente elevação da taxa de 1900 a 1920 (669 analfabetos por 1.000 habitantes, em 1900, contra 691 analfabetos por 1.000 habitantes, em 1920) – o que é *absolutamente inaceitavel* visto como ninguém ignora que a instrução pública progrediu muito mais no período de 1900 a 1920 do que no período anterior de 1890 a 1900. Com maior aproximação da verdade, pôde-se afirmar que houve, no período de 1890 a 1920, a redução de 124 analfabetos no numero total de habitantes de 7 anos e mais (815 por 1.000 habitantes, em 1890, contra 691, por 1.000 habitantes, em 1920), *desprezando-se, por deficiente, o censo intermediário realizado em 1900, ao menos na parte referente ao gráo de instrução.*

A menos que se consiga quantificar as distorções resultantes do sub-recenseamento acima referido, penso que a solução mais adequada seja a de não considerar o recenseamento de 1900 na parte referente à educação. Isto comprometeria menos a análise do que a utilização de seus dados sem a devida correção. O recenseamento de 1900 é o primeiro que discrimina a população de 7 a 14 e 15 anos e mais, relativamente à alfabetização. Por enquanto, a análise do analfabetismo para a população de 15 anos e mais só é possível a partir do Recenseamento de 1920, conforme tabela 4 e gráfico 1.

2. Os censos de 1940 em diante permitem construir índices de analfabetismo para a população de 5 anos e mais, de sete anos e mais, de 10 anos e mais, de 15 anos e mais, etc. O Censo de 1920 discrimina apenas a população de 7 a 14 anos e de 15 anos e mais na parte referente à alfabetização. Já os censos de 1872 a 1890 não fazem qualquer

discriminação de idade ao tratar da alfabetização. O ideal seria trabalhar com índices para populações de 10 anos e mais ou de 15 anos e mais, que incluem somente os grupos etários que poderiam (deveriam) estar alfabetizados. Mas isto é absolutamente inviável para os primeiros censos. Por outro lado, índices para a população total representam uma distorção muito grande da realidade, por incluírem o grupo de zero a 4 anos de idade. A única solução encontrada, que permite ao mesmo tempo trabalhar com todos os censos e obter um índice razoavelmente bom, foi a de considerar a população de 5 anos e mais. Mesmo assim, foi necessário fazer uso de um artifício, uma vez que os censos de 1872 a

1890 não fazem qualquer discriminação de idade na parte referente à alfabetização, e o censo de 1920 não discrimina a partir dos 5 anos, mas a partir dos 7 anos. Tomando por base que o Censo de 1920 acusa um índice de alfabetização de apenas 0,6% entre as crianças de zero a 6 anos, pode-se supor que tal índice seja zero para a população de zero a 4 anos e que todos os declarados alfabetizados tenham 5 ou mais anos. Com apoio nessas suposições procedeu-se à estimativa dos números de analfabetos e dos índices de analfabetismo e de alfabetização para os anos de 1872, 1890 e 1920 através dos seguintes processos:

a) Percentagem de alfabetizados entre a população de 5 anos e mais =

$$\frac{\text{Total de alfabetizados}}{(\text{População total}) - (\text{População de zero a 4 anos})} \quad 100 =$$

b) Número absoluto de analfabetos entre a população de 5 anos e mais =

$$(\text{Total de analfabetos}) - (\text{População de zero a 4 anos}) =$$

c) Percentagem de analfabetos entre a população de 5 anos e mais =

$$\frac{(\text{Total de analfabetos}) - (\text{População de zero a 4 anos})}{(\text{População total}) - (\text{População de zero a 4 anos})} \quad 100 =$$

Os números absolutos e relativos sobre analfabetismo entre as pessoas de 5 anos e mais nos anos de 1872, 1890 e 1920 são estimativas obtidas pelo processo acima descrito. Assim, os números 7.290.293 e 82,3% de analfabetos entre a população de 5 anos e mais no ano de 1872, publicados anteriormente (Ferrari, 1985a, tabela 5) e repetidos neste trabalho (tabela 4), não são dados do recenseamento de 1872, mas estimativas derivadas dos dados censitários. Não me parece correto o procedimento da Fundação Educar, quando, em suas *Diretrizes político-pedagógicas* (1986, item 2.1), dá idênticos números (7.290.000 e 82,3%) para o ano de 1872, sem, no entanto, dar qualquer esclarecimento sobre o processo de obtenção de tais números.

Foi graças a esse artifício que se pôde obter índices confiáveis e comparáveis para todo o período de 1872 a 1980, conforme se pode ver na tabela 4 e no gráfico 1. Repeti aqui o que já disse claramente no trabalho anterior (Ferrari, 1985a, p. 41 e tabela 5, nota 3).

Tendência recente X tendência secular

Feitos esses esclarecimentos metodológicos, pode-se partir para a análise da tabela 4 e do gráfico 1, mas sem perder de vista que o que está em pauta é a avaliação do MOBREAL ou, em termos mais amplos, da política educacional do período da Ditadura militar.

1. Já foi mostrado acima, e os dados da tabela 4 confirmam, que o MOBREAL não conseguiu reverter, durante a década de 70, a tendência secular de aumento do contingente de analfabetos. Somente a PNAD 1984 viria acusar, pela primeira vez na história do Brasil, uma diminuição no número absoluto de analfabetos (de 17,7 milhões em 1982 para 17,3 milhões em 1984). Mas, qualquer que seja a importância desse fato, é preciso ter presente que o índice de 21,3% e o contingente de 17,3 milhões de analfabetos da PNAD 1984 são muito superiores às estimativas do MOBREAL para 1977 (14,2% e 9,5 milhões respectivamente).

Tabela 4

Tendência do analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 5 anos e mais no período de 1872 a 1980 e entre as pessoas de 15 anos e mais no período de 1920 a 1980.¹

Anos Censitários	População Total	Pessoas Analfabetas	% Pessoas Analfabetas
A. Pessoas de 5 anos e mais			
1872 ²	8.854.774	7.290.293	82,3
1890 ³	12.212.125	10.091.566	82,6
1920 ³	26.042.442	10.549.085	71,1
1940	34.796.665	21.295.490	61,1
1950	43.573.517	24.507.696	57,1
1960	58.997.981	27.578.971	46,7
1970	79.327.231	30.718.597	38,7
1980	102.579.006	32.731.347	31,9
B. Pessoas de 15 anos e mais ⁴			
1920	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	23.709.769	13.269.381	56,0
1950	30.249.423	15.272.632	50,5
1960	40.278.602	15.964.852	39,6
1970	54.008.604	18.146.977	33,6
1980	73.541.943	18.716.847	25,5

Fontes: Relativamente aos anos de 1872, 1890 e 1920, veja MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil, 1920*, vol. IV, 4ª parte – População, o qual reproduz os dados dos recenseamentos anteriores sobre alfabetização. Para os demais anos, veja IBGE, *Censo Demográfico*, respectivamente de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

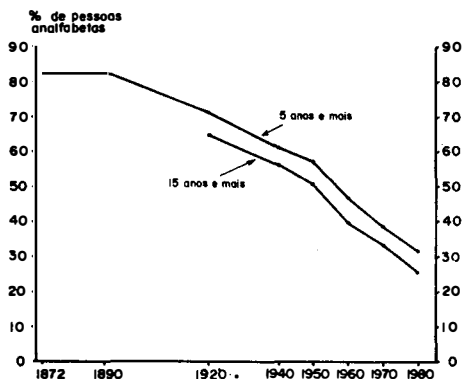
Notas: ¹ Deixou-se de considerar o Recenseamento Geral de 1900 pela seguinte razão: o sub-recenseamento de extensas áreas rurais, sabidamente menos alfabetizadas do que as áreas urbanas, resultou em superestimação dos índices de alfabetização para diversas Unidades da Federação e para o conjunto do País.

² Excluídas da população total 181.583 pessoas de paróquias não recenseadas, cuja população foi estimada.

³ Os números absolutos e relativos da tabela sobre analfabetismo entre as pessoas de 5 anos e mais para os anos de 1872, 1890 e 1920 são estimativas, porquanto os documentos censitários relativos a esses anos não contemplam a categoria “população de 5 anos e mais” na parte referente à alfabetização. São dadas no texto mais informações sobre este particular, inclusive sobre o processo de estimação.

Gráfico 1

Tendência do analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 5 anos e mais no período de 1872 a 1980, e entre as pessoas de 15 anos e mais no período de 1920 a 1980.



Fonte: tabela 4

2. Qual a mudança de tendência dos índices de analfabetismo produzida pelo MOBILIZAÇÃO NA DÉCADA DE 70 em relação à década de 60? Nenhuma, se considerada a população de 5 anos e mais. Leve aceleração no ritmo da queda do analfabetismo, se considerada a população de 15 anos e mais. Nada que ampare a pretensão do MOBILIZAÇÃO de ter conseguido acelerar significativamente o declínio do analfabetismo na década de 70 em relação à década anterior.

Mas há uma coisa que salta à vista: a descontinuidade, em termos de tendência, das décadas de 60 e 70 em relação à década de 50. O período da Ditadura militar representa um retrocesso tão grande em relação à década de 50, que o pesquisador não pode não se perguntar sobre qual a *real* intenção do Regime: resolver o problema do analfabetismo ou acabar com os movimentos de educação popular? Obviamente, para efeito de análise, é necessário continuar supondo que o Regime, ao proclamar sua intenção de “eliminar” o analfabetismo, não estava simplesmente blefando.

Invertamos a perspectiva de análise. Para a população de 5 anos e mais, temos quatro períodos claramente definidos:

1º) fim do Império, com índices altíssimos e estáveis de analfabetismo (levanto a hipótese de que, se dispuséssemos de dados confiáveis para o censo de 1900, esse período se prolongaria até o recenseamento de 1900);

2º) o longo período que vai de 1890 a 1950, marcado por uma lenta mas contínua queda dos índices de analfabetismo, tendência esta traduzida melhor por uma reta do que por uma curva;

3º) o curto período da década de 50, caracterizado por uma visível aceleração da tendência de declínio do analfabetismo;

4º) o período do Regime militar (décadas de 60 e 70), com o restabelecimento da ordem, digo, da tendência do segundo período.

O gráfico fala com tal clareza e eloquência, que o pesquisador já não sabe se deve reafirmar o fracasso do MOBREAL no seu intento de eliminar o analfabetismo de adolescentes e adultos ou se deve reconhecer o sucesso do Regime militar na sua estratégia de extirpação dos movimentos populares dos anos 50 e início dos anos 60 e no restabelecimento da “ordem”, ou seja, do ritmo histórico – lento, gradual – de declínio dos índices de analfabetismo.

3. A título de conclusão desta parte e da anterior cumpre repetir que o Regime militar reprimiu a destruiu os movimentos sociais e de educação popular dos anos 50 e início dos anos 60. Para cobrir a lacuna, criou o MOBREAL, confiando-lhe a responsabilidade de eliminar o analfabetismo de jovens e adultos. Mas, que interessava sobremaneira ao Regime: alfabetizar o povo ou livrar-se dos incômodos movimentos sociais do período anterior e substituí-los por um órgão capaz de veicular para as massas a ideologia oficial? Dizer simplesmente que o MOBREAL fracassou na realização do objetivo de “eliminar o analfabetismo de jovens e adultos” seria insistir numa meia verdade. O MOBREAL foi parte e foi posto a serviço de um determinado projeto educacional e social. É, pois, a política educacional e, com ela, o projeto social da Ditadura que deve ser avaliado.

A ESCOLA E A PRODUÇÃO DO ANALFABETISMO

Passarei agora a analisar as realizações do Regime pós-64 no que concerne ao objetivo de secar a fonte do analfabetismo pela “universalização do ensino obrigatório e gratuito, na faixa de 7 a 14 anos de idade”, conforme referido na primeira parte deste trabalho.

O fato da produção do analfabetismo

Para começar, direi que a escola de 1º grau não só não conseguiu secar a fonte do analfabetismo, como sequer foi capaz de impedir o aumento do número de analfabetos na faixa de escolarização obrigatória. Com efeito, conforme consta na tabela 3, o número já assustador de 7,7 milhões de analfabetos na faixa de 7 a 14 anos em 1970 aumentou para mais de 8,4 milhões em 1980.

Desagregando por idade, temos, na década de 70, os seguintes aumentos no número de pessoas não alfabetizadas: + 742.672 no grupo de 7 a 9 anos e + 184.512 no grupo de 10 a 14 anos.

Isto mostra claramente que, longe de reduzir-se a remanescência do passado, o analfabetismo continua sendo produzido hoje. Pelo menos até 1980!

Estabelecido o fato da produção do analfabetismo nos dias atuais, as questões mais importantes que se colocam referem-se ao processo de sua produção e ao papel da escola nesse processo.

O processo de produção do analfabetismo

O analfabetismo tem sido visto habitualmente como um mal, como uma praga, como vergonha nacional. Daí as campanhas para a sua erradicação, à semelhança das campanhas para a erradicação da malária, da verminose e de outras epidemias e endemias. O Próprio Plano Setorial acima referido fala em “eliminar” o analfabetismo. Ora, essa perspectiva de interpretação do fenômeno é absolutamente inadequada e leva à proposição de “tratamentos” completamente equivocados. Utilizando categorias de Marx, diria que essa perspectiva de análise não vai além da aparência, não atingindo a essência do fenômeno, não abordando o analfabetismo em sua gênese, no processo de sua produção.

E como é produzido o analfabetismo nos dias atuais? Pela *exclusão*. E essa exclusão se dá de duas formas intimamente relacionadas entre si, precisamente porque tanto uma como a outra se define pela sua relação com a escola fundamental. Essas formas são a exclusão *da* escola e a exclusão *na* escola.

Nesta parte, o trabalho poderia orientar-se para uma ou mais de toda uma série de dimensões complementares no estudo do fenômeno. Sem pretensão de esgotar tais dimensões, poder-se-ia concretamente:

1 – avaliar quantitativamente, em determinado momento histórico, os resultados desse duplo processo de exclusão;

2 – avaliar quantitativamente e comparar num determinado período de tempo a evolução dos resultados do processo de exclusão, no intuito de detectar tendências;

3 – focalizar, a nível de sociedade e de escola, os processos e os mecanismos específicos de exclusão da e na escola, responsáveis pela produção do analfabetismo.

A análise que segue limita-se à primeira das três dimensões apontadas – a mais modesta, sem dúvida, mas nem por isso menos interessante e importante. Valer-me-ei dos dados do censo demográfico de 1980.

A exclusão da escola

A tabela 5 nos dá, em números absolutos e relativos, a não-frequência à escola, que prefiro definir como exclusão da escola, entre as pessoas de 5 a 14 anos, para o Brasil e estados da Região Sul. Compreende, portanto, a faixa de escolarização obrigatória (7 a 14 anos) e a imediatamente anterior (5 a 6 anos). Os gráficos 2 e 3, construídos com base nos dados da tabela 5, permitem tanto uma melhor visualização do andamento de cada uma das curvas de exclusão através das sucessivas idades, quanto a comparação entre as diferentes curvas de exclusão.

Segundo o último censo, em 1980, no Brasil, o número de excluídos da escola na faixa de 5 a 6 anos somava quase 4,7 milhões, representando mais de 3/4 do total de crianças nesse grupo etário. Na faixa de 7 a 14 anos o contingente de excluídos beirava o número assustadoramente elevado de 7,6 milhões, equivalente, em termos relativos, a 32,9% – quase 1/3 do total de crianças nessa faixa etária (tabela 5). O gráfico 2 permite visualizar melhor o comportamento dos índices de exclusão através das diferentes idades. Tendo no ponto de partida (5 anos) seu ponto mais alto (81,9%), a curva de exclusão mal baixa dos 50% no início da escolarização obrigatória (7 anos), atingindo seu nível mais baixo na idade de 11 anos, com um índice de exclusão da ordem de 25,9%, voltando a subir até atingir quase 40% aos 14 anos. Se o nível mais baixo de exclusão da escola em toda a faixa de 5 a 14 anos é da ordem de 25,9%, o máximo que se pode dizer é que se está ainda muito longe da pretendida universalização do ensino fundamental.

Mesmo na Região Sul, que em 1980 apresentava o índice mais baixo de analfabetismo entre as grandes regiões brasileiras (tabela 2), a exclusão ainda alcança números alarmantes: 0,7 milhões na faixa de 5 a 6 anos e 0,9 milhões na faixa de 7 a 14 anos, equivalendo respectivamente a 80,2% e 25,0%. Para os estados da Região Sul individualmente, os índices de exclusão da escola na faixa de 7 a 14 anos variam de 28,9% no Paraná, a 25,5% em Santa Catarina e a 20,0% no Rio Grande do Sul, o que equivale a quase 1/3, a 1/4 e 1/5 das respectivas populações na faixa de 7 a 14 anos.

TABELA 5

Não-frequência à escola entre as pessoas de 5 a 14 anos no Brasil e nos Estados da Região Sul à época do Censo de 1980, segundo a idade.

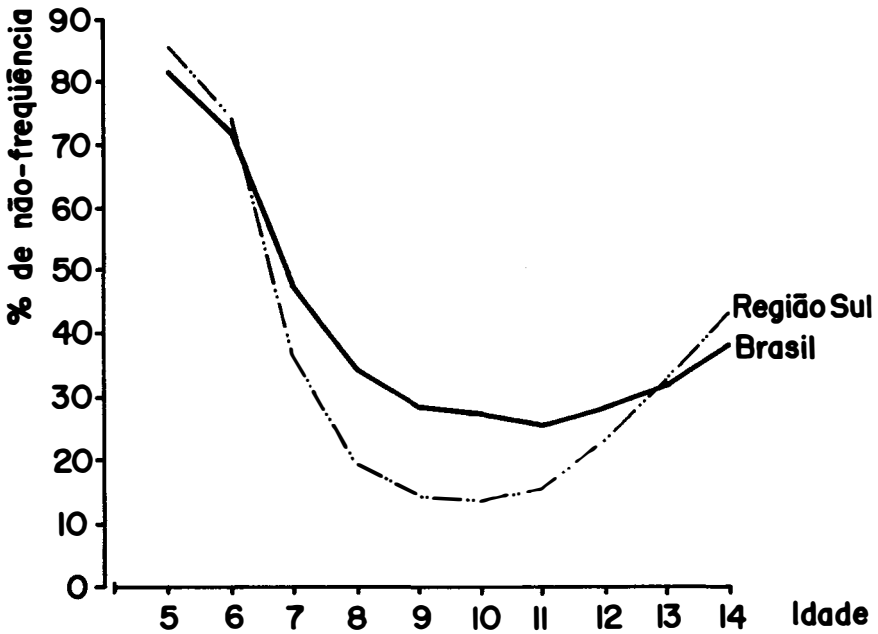
IDADE	PESSOAS DE 5 a 14 ANOS		
	TOTAL	Não frequentavam a escola em 1980	
		Nº abs.	%
Brasil			
5 a 14 anos	29.037.063	12.215.561	42,1
5 a 6 anos	6.055.258	4.661.820	77,0
7 a 14 anos	22.981.805	7.553.741	32,9
5 anos	3.086.516	2.528.254	81,9
6 anos	2.968.742	2.133.566	71,9
7 anos	2.990.544	1.417.380	47,4
8 anos	2.904.049	1.001.593	34,5
9 anos	2.823.890	801.294	28,4
10 anos	2.976.401	813.571	27,3
11 anos	2.811.079	726.720	25,9
12 anos	2.879.786	827.568	28,7
13 anos	2.760.579	883.039	32,0
14 anos	2.835.477	1.082.576	38,2
Região Sul			
5 a 14 anos	4.534.100	1.626.711	35,9
5 a 6 anos	896.220	718.903	80,2
7 a 14 anos	3.637.880	907.808	25,0
5 anos	454.108	390.205	85,9
6 anos	442.112	328.698	74,3
7 anos	448.826	162.708	36,3
8 anos	448.371	87.889	19,6
9 anos	445.903	64.012	14,4
10 anos	461.487	61.758	13,4
11 anos	452.447	72.064	15,9
12 anos	459.045	106.807	23,3
13 anos	449.667	146.234	32,5
14 anos	472.134	206.336	43,7
Paraná			
5 a 14 anos	1.987.266	788.456	39,7
5 a 6 anos	398.842	330.090	82,8
7 a 14 anos	1.588.424	458.366	28,9
5 anos	202.495	175.401	86,6
6 anos	196.347	154.689	78,8
7 anos	198.527	89.632	45,1
8 anos	198.225	51.530	26,0
9 anos	197.093	37.384	19,0
10 anos	204.324	36.205	17,7
11 anos	198.846	38.904	19,6
12 anos	200.962	52.456	26,1
13 anos	192.642	64.960	33,7
14 anos	197.805	87.295	44,1
Santa Catarina			
5 a 14 anos	897.912	323.123	36,0
5 a 6 anos	175.578	138.841	79,1
7 a 14 anos	722.334	184.282	25,5
5 anos	89.181	74.790	83,9
6 anos	86.397	64.051	74,1
7 anos	88.603	29.837	33,7
8 anos	89.147	14.812	16,6
9 anos	87.847	11.044	12,6
10 anos	91.241	10.672	11,7
11 anos	88.832	14.041	15,8
12 anos	90.896	23.316	25,7
13 anos	90.268	33.467	37,1
14 anos	95.500	47.093	49,3
Rio Grande do Sul			
5 a 14 anos	1.648.922	515.132	31,2
5 a 6 anos	321.800	249.972	77,7
7 a 14 anos	1.327.122	265.160	20,0
5 anos	162.432	140.014	86,2
6 anos	159.368	109.958	69,0
7 anos	161.696	43.239	26,7
8 anos	160.999	21.547	13,4
9 anos	160.963	15.584	9,7
10 anos	165.922	14.881	9,0
11 anos	164.769	19.119	11,6
12 anos	167.187	31.035	18,6
13 anos	166.757	47.807	28,7
14 anos	178.829	71.948	40,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 1980.

Conforme se pode ver na tabela 5, em comparação com o Brasil como um todo, a Região Sul se destaca por dois aspectos: de um lado, por apresentar, tanto no início (5 e 6 anos) como no fim da curva (13 e 14 anos), níveis mais altos de exclusão do que o Brasil,

GRÁFICO 2

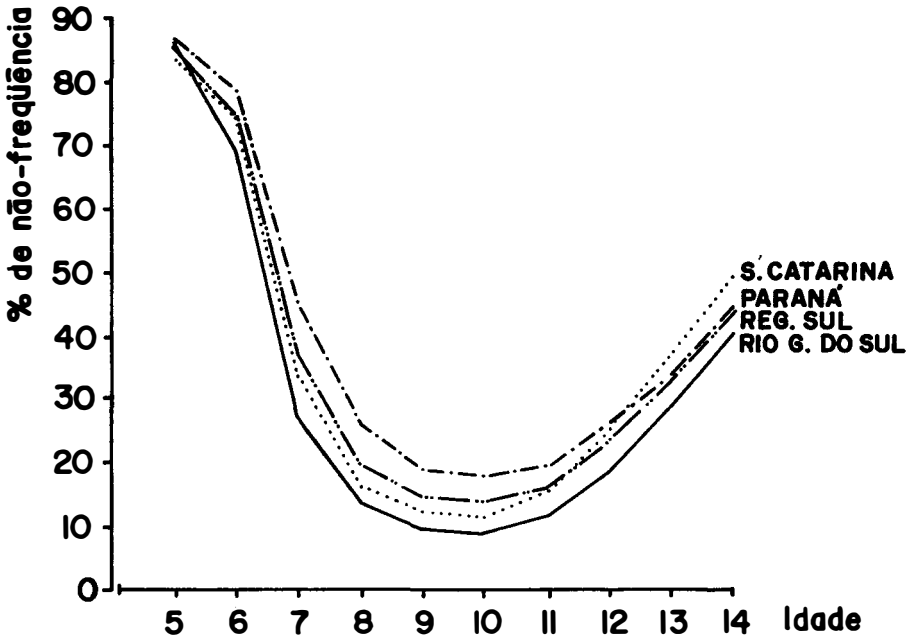
Não-frequência à escola entre as pessoas de 5 a 14 anos em 1980, no Brasil e na Região Sul, segundo a idade.



Fonte : Tabela 5

GRÁFICO 3

Não-frequência à escola entre as pessoas de 5 a 14 anos em 1980, na Região Sul e nos Estados, segundo a idade.



Fonte : Tabela 5

e de outro – e é isto que faz dela a Região de menores índices de analfabetismo – por ter conseguido forçar para níveis bem mais baixos a exclusão na faixa de 7 a 12 anos.

Numa visão de conjunto dos gráficos 2 e 3, temos a seguinte ordem decrescente de níveis de exclusão da escola: o Brasil com os índices mais elevados, seguido do Paraná, da Região Sul, de Santa Catarina e, por último, do Rio Grande do Sul, com os níveis mais baixos – na realidade, menos elevados! – de exclusão.

Obviamente, muitas Unidades da Federação – todos os estados do Nordeste, por exemplo – têm índices mais elevados de exclusão do que o Brasil como um todo. Mas, o que se pretende mostrar aqui é que, mesmo na Região mais alfabetizada, os índices de exclusão da escola na faixa de 7 a 14 anos são ainda tão elevados – 28,9% no Paraná, 25,5% em Santa Catarina e 20,0% no Rio Grande do Sul – que mesmo na Região Sul se está ainda longe de uma solução satisfatória do problema da universalização do ensino fundamental.

O fenômeno da exclusão da escola é, pois, um problema grave, tanto pela sua dimensão, quanto pela sua difusão por todo o território nacional. Ele se manifesta de forma intensa inclusive nos estados de menores índices de analfabetismo, como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A exclusão na escola

A exclusão *da* escola, acima analisada, compreende duas categorias de crianças e adolescentes: os que nunca ingressaram na escola e os que, ainda na faixa de 7 a 14 anos, já foram dela excluídos. Essa segunda categoria de excluídos da escola é alimentada principalmente pelos que já foram de alguma forma atingidos pela exclusão praticada *na* escola. Essa segunda forma de exclusão escolar tem a ver diretamente com o próprio processo de alfabetização e costuma ser obscurecida por expressões como baixo rendimento, fracasso escolar, reprovação, recuperação, repetência. Na realidade, esta é também uma forma de exclusão, com a diferença que, aqui, os excluídos ainda estão na escola, ainda estão no processo de escolarização, ainda não entenderam com suficiente clareza que estão no “lugar errado”. Por ora, são apenas excluídos *na* escola, dentro do sistema escolar. Brevemente, através do que os teóricos que se contentam com a análise da aparência chamam de evasão escolar, somar-se-ão também eles ao grupo dos excluídos *da* escola.

A exclusão praticada na escola pode ser aferida através do que se pode chamar de defasagem nos estudos ou assincronia na relação idade/série. Nesta parte, limitar-me-ei

à faixa de 7 a 14 anos. Para que se possa ter uma visão de conjunto do problema, a tabela 6 e o gráfico 4 abordam simultaneamente as duas formas de exclusão, que aparecem ou se manifestam sob as formas de não-frequência à escola e de defasagem nos estudos.

Começemos com o Brasil. O que temos? Para o total de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, ao índice de 32,9% de excluídos da escola, considerado no item anterior, soma-se o índice de 27,6% de fortemente defasados nos estudos (excluídos na escola). As duas formas de exclusão atingem 60,5% da população na faixa de 7 a 14 anos. Isso sem levar em conta os 16,2% que já apresentam algum sinal de defasagem (levemente defasados). Não restam mais que 23% de crianças certamente não defasadas na relação idade/série. Se tomássemos por base somente as pessoas de 7 a 14 anos que estavam frequentando escola por ocasião do levantamento censitário de 1980, veríamos que 40% delas já estavam fortemente defasadas nos estudos. São 6,4 milhões de crianças e adolescentes a um passo da exclusão da escola. Conjuntamente, as duas formas de exclusão atingem certamente 13,9 milhões de pessoas: excluídos *da* escola – 7,6 milhões; excluídos *na* escola (fortemente defasados nos estudos) – 6,4 milhões.

O gráfico 4 permite visualizar as diferenças entre os estados da Região mais alfabetizada e o Brasil como um todo. Em termos de exclusão na escola, medida pelo índice de crianças fortemente defasadas nos estudos, Brasil e Paraná praticamente se equivalem (27,6% e 26,4% respectivamente), seguidos do Rio Grande do Sul (23,5%) e Santa Catarina (19,2%). Se considerarmos conjuntamente as duas formas de exclusão, temos de um lado Brasil e Paraná, com índices altíssimos de exclusão (60,5% e 55,3%, respectivamente), e de outro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com índices um pouco menos alarmantes (44,7% e 43,5%, respectivamente).

A conclusão enunciada no final do item anterior, pode ser retomada e estendida aqui às duas formas de exclusão. O fenômeno da exclusão escolar, seja em sua forma de exclusão *da* escola, seja em sua forma de exclusão *na* escola, é um problema grave, tanto pela sua dimensão, quanto pela sua difusão por todo o território nacional. Ele se manifesta de forma intensa mesmo em estados que figuram entre os de menores índices de analfabetismo, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Após uma década de atuação da escola de 1º grau instituída pelo Regime militar, os mecanismos de produção de analfabetismo – a exclusão da escola e exclusão na escola – ainda operavam com tal vigor e eficiência, que ninguém em sã consciência afirmaria o sucesso do Regime no objetivo proclamado

de "universalização do ensino fundamental obrigatório e gratuito, na faixa dos 7 a 14 anos de idade", conforme definido no PSEC 1972-74 (Brasil, MEC, 1971, p. 25-6). Em

suma, o analfabetismo continua sendo produzido nos dias atuais através do duplo processo de exclusão acima descrito: exclusão da escola e exclusão na escola.

Tabela 6

Frequência à escola e relação idade/série entre as crianças de 7 a 14 anos no Brasil e nos Estados da Região Sul à época do censo demográfico de 1980

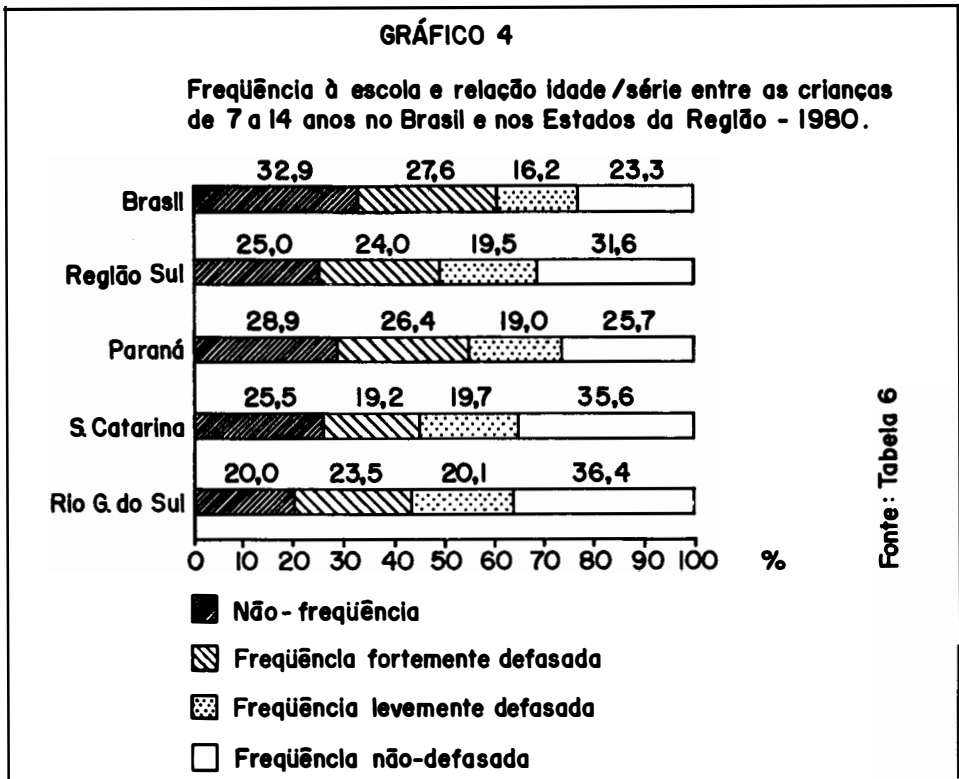
Frequência à escola e Relação idade/série		Brasil	Região Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
TOTAL	Nº %	22.981.805 100,0	3.637.880 100,0	1.588.424 100,0	722.334 100,0	1.327.122 100,0
Freqüentam escola	...Nº ...%	15.428.064 67,1	2.730.072 75,0	1.130.058 71,1	538.052 74,5	1.061.962 80,0
- Crianças certamente não-defasadas ¹	...Nº ...%	5.343.274 23,3	1.148.221 31,6	407.902 25,7	256.923 35,6	483.396 36,4
- Crianças levemente defasadas ²	...Nº ...%	3.718.341 16,2	709.986 19,5	301.176 19,0	142.033 19,7	266.777 20,1
- Crianças fortemente defasadas ³	...Nº ...%	6.366.449 27,6	871.865 24,0	420.980 26,4	139.096 19,2	311.789 23,5
Não freqüentam escola	...Nº ...%	7.553.741 32,9	907.808 25,0	458.366 28,9	184.282 25,5	265.160 20,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico - 1980

Notas: 1. Certamente não defasadas: crianças de 7 a 14 anos, respectivamente na 1ª a 8ª série.

2. Levemente defasadas: crianças com 8 a 15 anos, respectivamente na 1ª a 8ª série.

3. Fortemente defasadas: crianças com 9 anos, na 1ª série; com 10 anos, na 1ª a 2ª série; com 11 anos, na 1ª a 3ª série... com 14 anos, na 1ª a 6ª série. Em trabalho anterior (Ferrari, 1985) essa categoria foi denominada "crianças certamente defasadas".



CONCLUSÃO

1. Cumpre, primeiramente, esclarecer que deixei de considerar o período da Nova República, pela simples razão de que a coleta e elaboração dos dados do presente trabalho foram concluídos em meados de 1985. Nos primeiros meses da Nova República, portanto. Foi a absoluta falta de tempo que retardou a conclusão do trabalho e sua publicação. Hoje (junho de 1987), já haveria bastante coisa a dizer sobre a política de alfabetização no quase meio lustro da Nova República. Basta lembrar a criação da Fundação EDUCAR em substituição ao MOBREAL; o crescente interesse dos pesquisadores pela questão da alfabetização; a quantidade de trabalhos sobre a alfabetização apresentados em eventos científicos, como na IV Conferência Brasileira de Educação, em Goiânia, de 2 a 5 de setembro de 1986; encontros científicos sobre alfabetização realizados a partir de 1985; o Seminário Regional sobre Alternativas de Alfabetização para a América Latina e o Caribe, realizado em Brasília nos dias 18 a 22 de maio de 1987; etc. Mas a análise desses fatos e das estatísticas educacionais relativas a esse período, que já começam a aparecer, exigiriam tempo e retardariam ainda mais a publicação do trabalho. Preferi, por isso, ficar restrito ao objetivo inicial. No entanto, está aí indicado o caminho para a continuidade da pesquisa.

Feito esse esclarecimento, voltarei à questão que me propus abordar.

2. Seria longo e – creio – desnecessário sintetizar aqui todos os resultados das análises realizadas ao longo deste trabalho. Retomarei apenas aqueles aspectos da questão que me parecem mais importantes em termos de avaliação da política de alfabetização do Regime militar.

As análises realizadas evidenciaram o insucesso do MOBREAL e da escola de 1º Grau relativamente ao duplo objetivo de “Eliminar ... o analfabetismo de adolescentes e adultos ...” e de “Secar-lhe a fonte, pela universalização do ensino fundamental obrigatório e gratuito ...” Nem o MOBREAL conseguiu acelerar a tendência secular de queda lenta e gradual dos índices de analfabetismo, nem a escola de 1º grau obteve êxito no objetivo proclamado de universalizar o ingresso e a permanência das novas gerações na escola obrigatória.

No entanto, conforme já referi anteriormente, afirmar o fracasso do MOBREAL e da escola de 1º grau é dizer apenas uma meia-verdade. E nada mais falso do que pretender fazer de uma meia-verdade uma verdade absoluta. A afirmação do fracasso do MOBREAL e da escola de 1º grau é apenas metade da verdade, porque se refere

simplesmente à realização de dois objetivos educacionais, sem levar em conta sua relação com a política educacional no seu todo e, em termos mais gerais, com o projeto político-econômico-social da Ditadura. Sob esse ângulo, é forçoso reconhecer que os dois objetivos do PSEC 1972-74 relativamente à alfabetização representam objetivos de democratização do ensino e que, como tais, estão em franca contradição com a política educacional no seu todo e, em termos mais gerais, com o projeto político-econômico-social da Ditadura. Vale referir a repressão aos movimentos populares, os limites impostos à participação política do povo, a concentração de capital e de renda, a deteriorização das condições de saúde (por exemplo, o aumento da mortalidade infantil exatamente ao tempo do “milagre” econômico), a privatização crescente no nível pré-escolar e no ensino superior durante o Regime militar.

A proposta democratizante em termos de objetivos proclamados de alfabetização universal não corresponde à política educacional real, marcadamente elitista, que dominou no período.

Conforme ficou demonstrado em artigo anterior (Ferrari, 1985a) e confirmado no presente trabalho, a natureza excludente do projeto político-econômico-social da Ditadura militar manifestou-se claramente também na política educacional. Na parte relacionada com a produção do analfabetismo, basta lembrar os elevados contingentes de excluídos *da* escola e *na* escola.

Relacionando agora a questão específica da política de alfabetização com a política educacional no seu todo, envolvendo todos os níveis de ensino, diria que, no período, se consegui distanciar ainda mais um do outro e cristalizar os dois caminhos que caracterizam o sistema (sistema?) educacional brasileiro.

O primeiro caminho é trilhado pelos filhos da burguesia e da classe média alta. Nele, as crianças fluem da pré-escola particular para o 1º e 2º graus particulares e destes, muitas vezes com a ajuda do trampolim dos cursinhos pré-vestibulares, também particulares, para o ensino superior público. O ingresso é universal (para os que podem pagar pré-escola e escola de 1º e 2º graus diferenciada). Nesse caminho, a passagem de série e de grau se dá normalmente. Nele, o fluxo é comandado pela *lógica da progressão*.

Bem diferente é o caminho percorrido pelos filhos das classes trabalhadoras, caminho este regido pela *lógica da exclusão*: exclusão *da* e *na* escola. É reduzidíssimo o percentual dos que têm acesso ao ensino pré-escolar público gratuito. A esse nível, a exclusão é quase total. Na faixa de 7 a 14 anos, correspondente ao 1º grau, temos 1/3 fora da escola e quase outro terço já fortemente

defasado nos estudos em virtude de reprovação e repetência. O pequeno número que consegue vencer o caminho cada vez mais estreito, afunilado, do 1º grau, encontra uma escola pública de 2º grau geralmente de qualidade inferior, cuja função é mais afastar do que preparar para a universidade. Aos poucos sobreviventes da escola pública de 1º e 2º graus que conseguem vencer o vestibular, resta o ensino superior particular, pago, geralmente em estabelecimentos isolados, sem as condições das universidades públicas.

O analfabetismo é um problema que diz respeito àquela parte – imensa maioria – da população que é submetida à lógica férrea da exclusão. E essa exclusão é de natureza política, econômica e social. E também educacional.

3. Reconheço que não apresentei, neste trabalho, nenhuma alternativa de solução do problema do analfabetismo. No entanto, acredito que a definição do processo de produção do analfabetismo indica em que direção se deva buscar a solução. Em qualquer caso, a formulação inadequada do problema afasta da solução. Encarar o analfabetismo como epidemia, como praga, como doença, não tem favorecido nem a compreensão, nem a solução do problema. O analfabetismo é produzido socialmente. Sua produção é mediada pela escola. A escola reservada às classes trabalhadoras é a escola regida pela lógica da exclusão. Acredito que tais formulações favoreçam mais a compreensão e a solução do problema, do que certos conceitos, como fracasso, reprovação, repetência, evasão, que mais escondem do que revelam o verdadeiro processo de produção do analfabetismo. Pelo menos, tais conceitos deveriam ser definidos em relação com o processo de produção social do analfabetismo.

4. Obviamente, se o que temos é exclusão socialmente produzida, a solução é deixar de excluir. E, para isso, o primeiro passo é a vontade política de não mais excluir, de repartir o saber igualmente entre todos, de universalizar o acesso à escola e de estender a todos as condições de permanência e progressão na escola. Certamente a de-

terminação política de universalizar o ensino fundamental não dispensa a competência técnica no processo de alfabetização. Antes, a exige. Mas, também é certo que o alcance do trabalho pedagógico é assaz limitado quando falta a firme determinação política de universalizar as condições de acesso, de permanência e de progressão na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Recenseamento geral do Brasil* – 1920.
- BRASIL. MEC. *Plano Setorial de Educação e Cultura 1972-74*. Brasília, 1971.
- CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lobo (Comp.). *Todas as Constituições do Brasil*. São Paulo, Atlas, 1976.
- CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação de Massa e Ação Comunitária*. Rio de Janeiro, MOBILAGGS, 1979.
- FERRARI, Alceu R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. Resultados preliminares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (52): 35-49, 1985a.
- FERRARI, Alceu R. Tendência do Analfabetismo na Região Sul (Resumo). *Anais da 2ª Reunião Regional da SBPC*. Blumenau, 1º a 4 de maio (de 1985, 1985b.)
- FERRARI, Nilva I. S. *Direito da Criança à Educação nas Constituições do Brasil*. Separata da Revista do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, Vol. VII, nº 20, 1977.
- IBGE. *Censo demográfico – 1940*.
———. *Censo demográfico – 1950*.
———. *Censo demográfico – 1960*.
———. *Censo demográfico – 1970*.
———. *Censo demográfico – 1980*.
———. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1977*.
———. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1982*.
———. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1984*.
- SIMONSEN, M. H. *Brasil 2001*. Rio de Janeiro, APEC, 1969, 4ª ed.
- SIMONSEN, M. H. *Brasil 2002*. Rio de Janeiro, APEC, 1973, 2ª ed.

* * *

* Trabalho desenvolvido dentro do projeto “Dinâmica secular da educação no Brasil: seus determinantes sócio-econômicos, demográficos e político-ideológicos”, realizado com o apoio financeiro da FINEP e do CNPq e a cargo dos professores Alceu R. Ferrari, Arabela Campos Oliven e Augusto Nivaldo da Silva Trivimões.